



Faculdade Santo Agostinho

**revista fsa**



**WZB**  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



Sumários.org

**e-revist@s**

[www2.fsanet.com.br/revista](http://www2.fsanet.com.br/revista)

Revista FSA, Teresina, v. 11, n. 1, art. 6, p. 117-133, jan./mar. 2014

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2014.11.1.6>

## REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS: ENTRE O SONHO E A REALIDADE

## BRAZILIAN INSTITUTIONAL REPOSITORIES: BETWEEN DREAM AND REALITY

**Maria das Graças Targino\***

Pós-Doutora em Comunicação/Universidade de Salamanca

Professora da Universidade Federal da Paraíba

E-mail: [gracatargino@hotmail.com](mailto:gracatargino@hotmail.com)

Teresina, Piauí, Brasil

**Joana Coeli Ribeiro Garcia**

Doutora em Ciência da Informação/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora da Universidade Federal da Paraíba

E-mail: [nacoeli@gmail.com](mailto:nacoeli@gmail.com)

João Pessoa, Paraíba, Brasil

**Maria José Rodrigues Paiva**

Especialista em Gestão de Pessoas/Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba

Bibliotecária da Universidade Federal da Paraíba

E-mail: [mjpaiva.ctdr@gmail.com](mailto:mjpaiva.ctdr@gmail.com)

João Pessoa, Paraíba, Brasil

---

\*Endereço: Maria das Graças Targino

Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.  
Campus Universitário, Ininga, CEP: 64.049-550, Teresina/PI, Brasil.

**Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho**

**Artigo recebido em 16/11/2013. Última versão recebida em 03/12/2013. Aprovado em 04/12/2013.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).**

## RESUMO

O repositório institucional (RI) representa proposta que amplia a visibilidade e acesso à produção científica, atuando como instrumento de ação política e assumindo relevante papel na discussão sobre direitos autorais e impactos na ciência e tecnologia. Alinha-se a dois movimentos internacionais – *Open Archives Initiative* e *Open Access* – que, em trabalho conjunto, asseguram acesso gratuito, livre e irrestrito à informação eletrônica. Focaliza-se a análise de RI em 27 instituições federais de ensino superior (IFES) brasileiras, cujas pesquisas devem ser disponibilizadas à sociedade, porquanto financiadas com recursos públicos. Os objetivos específicos referem-se à (ao): (1) revisão conceitual, objetivos e funções, evolução e tipologia dos repositórios; (2) análise de operacionalização, funcionamento, conteúdos e atualização dos RI; (3) confronto entre teoria e prática dos RI; (4) cotejo entre as regiões brasileiras no que concerne ao estágio dos repositórios; (5) constatação da relevância do RI como instrumento de política de informação das IFES. Para consecução do proposto, recorre-se à pesquisa bibliográfica e à pesquisa descritiva, que permitem delinear tanto o avanço efetivo dos RI no país como os impactos deles advindos. Afinal, os RI não constituem medida de fácil adoção. Além dos embates frente à reação dos editores comerciais, há entraves vinculados aos aspectos legais, a mecanismos de legitimação e de preservação digital e até mesmo a padrões para a citação de documentos eletrônicos em novas investigações. Ademais, qualquer que seja a região brasileira, ao tempo em que os resultados confirmam a importância das coleções institucionais para as universidades, apontam flagrante diversidade de procedimentos e de estágio de desenvolvimento entre os RI, justificando a apresentação de recomendações.

**Palavras-chave:** Acesso Aberto. Repositórios Institucionais Brasileiros. Recuperação da Informação. DSpace.

## ABSTRACT

The institutional repository (IR) is proposed to widen the visibility and access to scientific production, acting as an instrument of political action. The IR plays an important role in the discussion about the copyright and the impact of science and technology in different segments. It emphasizes two international engagements – the Open Archives Initiative and the Movement of Open Access, which work together and enable free and public information access available to electronic media. Furthermore, the institutional repository addresses different issues: technological; scientific; managerial; legal; content; and social. So, it seems important to provide the central objective of this paper: to analyze the *status quo* of IR in Brazilian Federal universities as a whole, focusing on the Northeast region. The specific objectives of the study are: (1) to study the concepts, objectives, functions, evolution and typology of the repositories; (2) to analyze the level of operational, contents, functioning and updating of the IR; (3) to compare the theory and the practice; (4) to compare the Brazilian regions in regard to the stage of these repositories; (5) to verify the appropriateness of the IR as a tool of information policy for universities. In order to achieve the objectives, a literature study was used and, a descriptive research was applied. Finally, it is necessary to recognize that the IR policy is not easy to adopt. Besides the reaction of commercial publishers, there are barriers related to the aforementioned viewpoints that incorporate aspects from the legal mechanisms of legitimacy and digital preservation and even standards for citation. All of this justifies the presentation of some recommendations.

**Keywords:** Open Access. Brazilian Institutional Repositories. Information Recuperation. DSpace.

Nota: Fundamentado em trabalho apresentado na Conferência Internacional “Acceso abierto, comunicación científica e preservación digital”, Barranquilla – Colômbia, 13-16 nov. 2012.

## 1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o repositório institucional (RI) representa proposta que amplia a visibilidade e o acesso à produção científica na condição de *locus online* para coleta, preservação e disseminação da produção intelectual e científica das instituições, sobretudo, universidades e institutos de pesquisa, razão pela qual, tem sido estudado por número crescente de autores, tais como Bailey Jr. (2008); Crow (2004); Guédon (2010); Kuramoto (2009); Lynch (2003); e Suber (2012).

Os RI alinham-se com dois movimentos internacionais – *Open Archives Initiative* (OAI) e Movimento do Acesso Aberto (*Open Access*, OA), que caminham *pari passu* com o incremento da produção acadêmica e científica nos formatos impresso e eletrônico. Em conjunto, asseguram o acesso gratuito, livre e irrestrito à informação disponibilizada no meio eletrônico, em especial àquela produzida mediante financiamento governamental, configurando-se como estrutura de sustentação para a quebra da hegemonia das editoras científicas comerciais.

Em termos históricos, no caso do Brasil, é difícil precisar quando surge o primeiro RI. Há iniciativas embrionárias, como a da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cuja Portaria n. 13, ano 2006, ao tempo em que enfatiza a possibilidade de avaliação quantitativa e qualitativa do que está sendo produzido nas instituições de ensino superior (IES) nacionais, alerta para o dever de divulgação da produção acadêmica a custo zero para o cidadão.

A seguir, no ano 2007, o Projeto de Lei (PL n. 1.120) apresentado à Câmara dos Deputados pelo Senador Rodrigo Rolemberg dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica das IES. As entidades se obrigam a construir seus RI e neles depositar o teor, na íntegra, da produção científica de docentes e discentes na esfera de graduação e pós-graduação. Para atender ao prescrito no PL, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 2009, lança edital com vistas a oferecer às instituições condições (equipamentos, software e treinamento) para instalação de seus

repertórios. Porém, apesar de adesão de parcela significativa da comunidade acadêmica e científica, o PL não vai adiante. Em 2011, Rolemberg inicia nova trajetória. Desta vez, registra o Projeto de Lei junto ao Senado, com n. 387/11, no qual imprime alterações, como a inserção de unidades / institutos de pesquisa. Apesar de não aprovado até o momento, o PLS configura-se como proposta de política nacional que estabelece diretrizes para gestão dos RI.

Transcorridos cinco anos desde a primeira tentativa de Rolemberg, os efeitos dos RI em território nacional são imprecisos. Porém, o fato de o Projeto não ter conquistado sua aprovação até então serve como desafio e justificativa para entender o porquê da pouca relevância atribuída às tentativas de consolidação dos RI. Como decorrência, é objetivo macro do *paper* analisar o *status quo* dos repositórios das instituições federais de ensino superior (IFES) do Brasil como um todo, privilegiando a região Nordeste, NE, quanto às variáveis: conteúdos; tipos de repertórios; operacionalização, funcionamento e nível de atualização dos RI.

Afinal, a listagem elaborada pelo IBICT ([http://dspace.ibict.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=28](http://dspace.ibict.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=28)) com menção aos RI localizados em universidades do Norte (N) ao Sul (S) do país, utilizando o *software* DSpace, prova que, independentemente de aprovação “oficial” de um sistema nacional, há iniciativas concretas de RI em 27 (45,76%) IFES brasileiras, entre as 59 ora existentes. Excluem-se instituições de pesquisa, institutos de educação e IES privadas, ou seja, o estudo restringe-se às universidades públicas. Como decorrência, os objetivos operacionais são assim enunciados: (1) revisar conceitos, objetivos e funções, evolução e tipologia dos repositórios; (2) analisar operacionalização, funcionamento, conteúdos e atualização dos RI; (3) confrontar teoria e prática dos RI; (4) cotejar as regiões brasileiras quanto ao estágio dos repositórios; (5) constatar a relevância do RI como instrumento de política de informação das IFES.

### **1.1 Procedimentos metodológicos: olhar sobre a realidade brasileira**

Para a consecução do proposto, recorre-se à pesquisa bibliográfica e à pesquisa descritiva, que permitem delinear tanto o avanço efetivo dos RI no país como os impactos daí advindos. De início, os procedimentos metodológicos conduzem à identificação do *corpus*. A coleta de dados se dá via internet por 30 dias, de agosto a setembro de 2012. Recorre-se ao e-MEC (*electronic* Ministério da Educação, <http://emec.mec.gov.br>) com parâmetros previamente fixados: reconhecimento das IES; confirmação da categoria administrativa (pública federal); organização acadêmica; visão do fluxo informacional. Eis a distribuição das

59 IFES: cinco no Centro-Oeste (CO); nove, N; 11, S; 19, Sudeste (SE); e 15, na região nordestina.

A partir daí, acessa-se a página eletrônica de cada IFE, devidamente identificada por Targino e Garcia e Paiva (2012). Dentre as 27 mantenedoras de RI, há flagrantes diferenças entre elas. Registram-se casos de universidades que admitem manter RI, mas sem possuir sequer o *login* (*Uniform Resource Locator*, URL), além da constatação de que alguns *links* se mantêm indisponíveis em diferentes ocasiões por problemas de erro interno no sistema e há até mesmo inexistência de *link* para acesso ao repertório.

## 1.2 Repositórios: revisão conceitual, objetivos e funções

Desde essa fase inicial de identificação, evidencia-se a imprecisão conceitual dos repositórios, em geral, e visível confronto entre teoria e prática. Isto porque, quando do acesso aos *links* dos RI, há casos em que estes remetem à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). De âmbito nacional, instituída pelo IBICT junto com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em 2001, com a criação do Comitê Técnico-Consultivo (CTC) e efetivamente implantada ao final de 2002, quando, no dia 12 de dezembro desse ano, é lançada oficialmente pelo então Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, a BDTD vem se estendendo nas IES com programas de pós-graduação. Como decorrência, há casos, em que os *links* remetem às BDTD mantidas em nível institucional pelas universidades, ainda que seu objetivo direcione-se em especial à coleção de teses e dissertações.

Há, ainda, remissão de *links* aos portais de periódicos instituídos como estratégia para publicar de forma menos onerosa os títulos editados no âmbito das IFES. Observa-se, criteriosamente, que os artigos publicados nem sempre são oriundos da comunidade acadêmica de cada instituição. Para atender aos estratos do Qualis Capes mais elevados, o número de artigos da própria universidade diminui dando lugar a autores filiados a entidades congêneres, nacionais e / ou estrangeiras.

Isto é, BDTD e portais de periódicos das IFES têm metas predefinidas e distintas das que cercam os RI. Teóricos, a exemplo de Kuramoto (2009) e Ware (2004) afirmam que as coleções institucionais constituem uma base de dados do material acadêmico / científico armazenado na *web*, institucionalmente definida, em oposição aos repositórios sedimentados na diversificação temática. Ademais, os RI são cumulativos e contínuos, abertos e interoperáveis, o que lhes favorece coletar, armazenar e disseminar a produção, e, portanto, integrar a comunicação científica.

Na realidade, adotando expressões diferentes, mas convergentes em sua essência, Bailey Jr. (2008); Crow (2004); Leite (2009); Lynch (2003); Santos Júnior (2010); e Suber (2012) são consensuais nos traços singulares dos RI alusivos a objetivos e funções. Inexiste controvérsia. Os RI se referem à reunião, organização e disseminação de informações digitais geradas pelas IES e institutos de pesquisa, não importa formato ou suporte, para assegurar seu uso gratuito pelas coletividades.

### 1.3 Repositórios: evolução e tipologia

É evidente que revisão conceitual e fixação de objetivos e funções dos RI delineiam sua evolução, sempre atrelada às decisões de governantes e autoridades universitárias, a depender da relevância por eles atribuída à produção e comunicação científica de sua comunidade acadêmica. Porém, em meio às inovações tecnológicas díspares mundo afora, é complexo determinar a evolução histórica precisa dos RI nas diferentes nações. No Brasil, ainda que específica e de conteúdo definido com precisão, há quem perceba a BDTD como embrião dos RI, como visto, pelo fato de impulsionar a visibilidade da produção de teses e dissertações no universo acadêmico. Os citados Projetos de Rodrigo Rolemberg são também retomados. Indo além, na visão de Carvalho (2009), discussões mais consistentes sobre Acesso Aberto e repositórios digitais iniciam-se com a implantação do Projeto SciELO ou *Scientific Electronic Library Online*.

Registram-se, ainda, três serviços inovadores liderados pelo IBICT e favoráveis à instalação dos RI. O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e o Sistema de Organização e Acompanhamento de Conferências (SOAC), ambos de 2003, resultam da customização do *Open Journal Systems* (OJS). No ano seguinte, 2004, é a vez do Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (Tede), aplicativo para a criação das bibliotecas digitais de teses e dissertações nas IES. A essas iniciativas, a exigência da Capes para que os programas de pós-graduação disponibilizem teses e dissertações para uso público também contribui para a difusão da produção acadêmica.

Portanto, a expansão dos repositórios, no Brasil, associa-se a demandas pontuais ou à evolução das funções da biblioteca universitária (BU) como unidade depositária da produção científica das organizações. Ao tempo em que as BU recebem o encargo de gerenciar os repositórios, tendem a compartilhar tais atribuições com demais setores das universidades, como pró-reitorias, departamentos de biblioteconomia (ou afins) e centros de processamento de dados. Na visão de Carvalho (2009), Acesso Aberto e RI não constituem temas

suficientemente discutidos e internalizados pelas comunidades acadêmicas e bibliotecas universitárias, o que exige trabalho de conscientização na esfera das BU, embora nada impeça o gerenciamento compartilhado dos repositórios.

Tal compartilhamento pode até ser interessante face à diversidade de materiais incorporados (*preprints*, *post-prints*, teses e dissertações, materiais didáticos, bases de dados departamentais, arquivos de dados, arquivos de áudio e vídeo, registros institucionais ou coleções especiais digitalizadas para a biblioteca, artigos de revistas, etc.) e à possibilidade de complementaridade. Há a chance de inserção de dados de pesquisa não processados, metadados, fontes originais, representações digitais de materiais pictóricos, gráficos, e material acadêmico multimídia (LEITE, 2009; SUBER, 2012). São estratégias que favorecem a descentralização das atividades e a atualização permanente das bases, sem prescindir dos cuidados alusivos aos direitos autorais quanto ao acesso, à cópia, ao uso, à distribuição e exibição dos documentos.

Isso porque, OAI e OA não relegam o respeito aos direitos de quem produz conhecimentos. A OAI se propõe a fixar normas de interoperabilidade para incrementar a disseminação de conteúdos na internet. No caso do OA, é ele o maior responsável pelas notáveis mudanças que pautam a comunicação científica na atualidade. É o alento ao sonhado acesso grátis, irrestrito e amplo de informações sem que isto signifique a utópica “morte do autor”. A este respeito, diante das inovações tecnológicas e da adesão aos RI, Lynch (2003) chama a atenção para a infraestrutura das coleções institucionais. Alerta para três itens: preservação dos formatos; identificadores; e direitos de documentação e gestão. Propõe soluções para problemas de infraestrutura, mediante cuidadosa documentação dos processos; histórico fidedigno de alterações; manutenção de *backups*; além de fixação de metadados sólidos que possibilitem a cobertura dos materiais depositados.

Quanto à tipologia dos repositórios institucionais propriamente ditos, com base no *Digital repositories infrastructure vision for European research*, Leite (2009) identifica três tipos de repositórios digitais: repositórios institucionais – voltados à produção intelectual de uma instituição, em especial, universidades e institutos de pesquisa; repositórios temáticos – voltados a comunidades científicas específicas; repositórios de teses e dissertações. Na mesma linha, Weitzel (2005) faz menção aos RI em geral, aos repositórios temáticos, às BDTD, às coleções de *electronic-prints* e aos sistemas de gerenciamento de eventos.

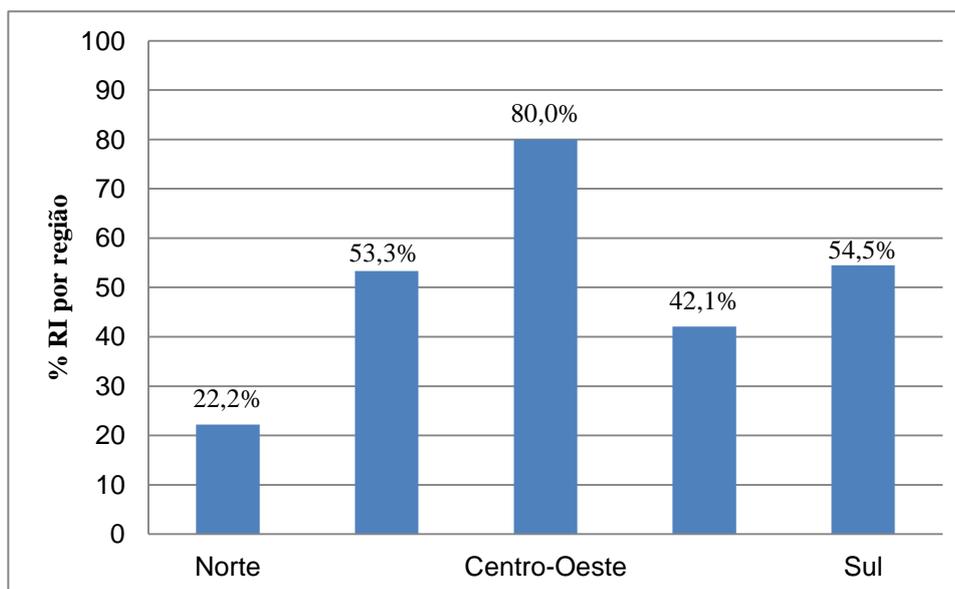
Porém, em sintonia com as tendências contemporâneas, sustenta-se, aqui, o conceito de RI apoiado em Ware (2004), que encontra respaldo em Bailey Jr. (2008), quando define repositório como elemento abrangente a determinada instituição, qualquer que seja o tipo de

documentos postos em evidência. Incorpora trabalhos digitais produzidos localmente, tais como *preprints*, *post-prints*, conjuntos de dados, teses e dissertações eletrônicas, objetos de ensino-aprendizagem e relatórios técnicos.

#### 1.4 Nível de operacionalização / funcionamento / conteúdos / atualização dos RI identificados

Apesar das históricas diferenças regionais que fazem parte do discurso da mídia no cotidiano brasileiro, no caso dos RI, pelo menos quantitativamente, há certo equilíbrio entre as regiões. Proporcionalmente, como a **Figura 1** sintetiza, o Centro-Oeste (CO) alcança o primeiro lugar, com 80% de incidência de RI em suas IFES, seguido do Sul (S) (54,5%) e do Nordeste (NE), com 53,3%. Suldeste (SE) e Norte (N) ocupam os últimos postos com respectivos 42,1% e 22,2%.

**Figura 1 – Universidades e repositórios institucionais por região**



Contrariando as expectativas teóricas, na prática brasileira, não há consenso quanto à abrangência e aos conteúdos institucionais inseridos nos RI. Objetivos e funções precípuas são nítidas, com ênfase para o acesso gratuito. Porém, em termos de operacionalização e nível de atualização, chama atenção a diversidade de conteúdos e, sobretudo, a estruturação e designação dos repertórios. Ao contrário do que Ware (2004) prevê, os RI nem sempre agrupam todas as informações digitais provenientes das organizações num só sítio, tampouco

o termo RI é usado com a abrangência idealizada como mecanismo que difunde conteúdos divulgados anteriormente em meios tradicionais da comunicação científica.

Por exemplo, é paradoxal que apenas duas universidades (Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)) informem em sua página central a manutenção de um RI. Expor, desde então, sua existência constitui forma eficiente de difundir conceito, objetivos e funções e, principalmente, de conseguir adesão crescente da comunidade acadêmica. É preciso entender que a visibilidade é elemento essencial à avaliação dos RI. Além de sua inserção desde a página central da entidade, é possível divulgar os itens: alocação do nome e / ou do logo da instituição ou do próprio RI, se for o caso; preservação da identidade visual da instituição; uniformização das páginas do RI; difusão de informações estatísticas atualizadas sobre o andamento do repositório; conservação de domínio ou subdomínio próprio; participação em diretórios internacionais de repositórios.

Em se tratando da amostra estudada, dentre as 27 IFES, de acordo com dados de Amaro (2012), duas unidades, Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) não dispõem, sequer, de identidade visual. Mais grave é o fato de existir universidades não registradas a diretórios internacionais, como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); a Universidade Federal de Viçosa (UFV); e a UFOP. Noutra linha de análise, dentre as 27 IFES com RI e distribuídas nas cinco regiões, 14 delas mantêm *link* na página de seu sistema de bibliotecas (**Quadro 1**).

**Quadro 1 – Repositórios institucionais linkados aos sistemas de bibliotecas, ano 2012**

Região	Universidade	Total
Norte	UFPA	1
Nordeste	UPBA, UFAL, UFS	3
Centro-Oeste	UFGD, UNB, UFG, UFMS	4
Sudeste	UFOP, UFU, UFVJM	3
Sul	UFSC, FURG, UFRGS	3
<b>TOTAL</b>		<b>14</b>

**Legenda:**

Sigla e Instituição:

UFPA = Universidade Federal do Pará; UFBA = Universidade Federal da Bahia; UFAL = Universidade Federal de Alagoas; UFS = Universidade Federal de Sergipe; UFGD = Universidade Federal da Grande Dourados; UNB = Universidade de Brasília; UFG = Universidade Federal de Goiás; UFMS = Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; UFOP = Universidade Federal de Ouro Preto; UFU = Universidade Federal de Uberlândia; UFVJM = Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; UFSC = Universidade Federal de Santa Catarina; FURG = Universidade Federal do Rio Grande; UFRGS = Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Isso reforça as atribuições gerenciais do fluxo informacional a encargo de bibliotecas e centros de documentação na sociedade de informação, em que pese a posição utópica dos que creem no fim das bibliotecas físicas ou no enfraquecimento dos profissionais de informação

na contemporaneidade. Com frequência, as BU têm se voltado para a manutenção da BDTD, o que, de forma direta ou indireta, parece resultar da imposição das pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação (ou designação similar).

Como decorrência, dentre as universidades estudadas (**Quadro 1**), merece ressaltar o repertório da UFRGS. Apesar de omitir os projetos financiados pela Universidade e, portanto, contrariar o previsto no PLS 387/11 em tramitação no Senado Federal, o RI / UFRGS mantém seu portal de periódicos, reúne conteúdos diversificados e atualizados, além de sistema de estatísticas criado pela própria Universidade. Abrange, ainda, tanto autores da UFRGS como a produção registrada em seu contexto. Isso faz com que Amaro (2012) reconheça que os melhores resultados dentre os RI em desenvolvimento estão nessa IES, mediante o cumprimento de 87,5% dos elementos avaliados e melhor desempenho em torno de 8% em comparação com o ano anterior, 2011.

Ainda no quesito funcionamento, provavelmente por conta dos esforços pioneiros da Capes, no sentido de cobrar dos pós-graduandos a disposição de seus trabalhos para uso público, indo além do *corpus* específico da investigação, dentre as 59 universidades federais, 37 (62,71%) delas privilegiam teses e dissertações. Ora com a designação de BDTD, ora com a designação equivocada do aplicativo Tede (Quadro 2), elas perfazem um total que excede as 27 IFES com RI.

O **Quadro 2** evidencia, mais uma vez, disparidade entre as regiões. Dentre as 37 IFES arroladas, o NE ocupa o segundo lugar, com 10 (27,03%) BDTD, aquém somente do SE, com 13 ou 35,14%. A hegemonia do SE decorre da afirmação incontestável de que a região (junto com o Sul) abriga os “centros de excelência” do ensino superior brasileiro, bibliotecas e centros de documentação de qualidade, em contraposição, sobretudo, ao N e NE. Sob esta ótica, apesar de o NE estar no segundo posto, ressalta-se que, em geral, a localização geográfica é determinante para estabelecer desníveis sociais, econômicos e culturais. SE e S são dotados de maior número de instituições com melhor infraestrutura; recebem investimentos maciços; possuem mais pesquisadores qualificados por conta da concentração dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*; têm mais chance de acesso à informação e ao intercâmbio de conhecimentos recém-gerados.

**Quadro 2 – Universidades com Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações, ano 2012**

Região	Universidade	Total	%
Norte	UNIR, UFRR, UFAM, UFOPA, UFPA	5	35,14
Nordeste	UFBA, UFPB, UFAL, UFPE, UFS, UFC, UFMA, UFPI, UFRN, UFRPE	10	27,03
Centro-Oeste	UNB, UFMS	2	5,41
Sudeste	UFABC, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFSCAR, UNIFESP, UFU, UFV, UFES, UFRJ, UFVJM, UFF	13	13,51
Sul	UFPEL, UFSC, UFSM, UFPR, FURG, UFRGS, UTFPR	7	18,91
<b>TOTAL</b>		<b>37</b>	<b>100,00</b>

**Legenda:**

Sigla e Instituição

UNIR = Fundação Universidade Federal de Rondônia; UFRR = Universidade Federal de Roraima; UFAM = Universidade Federal do Amazonas; UFOPA = Universidade Federal do Oeste do Pará; UFPA = Universidade Federal do Pará; UFBA = Universidade Federal da Bahia; UFPB = Universidade Federal da Paraíba; UFAL = Universidade Federal de Alagoas; UFPE = Universidade Federal de Pernambuco; UFS = Universidade Federal de Sergipe; UFC = Universidade Federal do Ceará; UFMA = Universidade Federal do Maranhão; UFPI = Universidade Federal do Piauí; UFRN = Universidade Federal do Rio Grande do Norte; UFRPE = Universidade Federal Rural de Pernambuco; UNB = Universidade de Brasília; UFMS = Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; UFABC = Fundação Universidade Federal do ABC / São Paulo; UFJF = Universidade Federal de Juiz de Fora; UFLA = Universidade Federal de Lavras; UFMG = Universidade Federal de Minas Gerais; UFOP = Universidade Federal de Ouro Preto; UFSCAR = Universidade Federal de São Carlos; UNIFESP = Universidade Federal de São Paulo; UFU = Universidade Federal de Uberlândia; UFV = Universidade Federal de Viçosa; UFES = Universidade Federal do Espírito Santo; UFRJ = Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFVJM = Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; UFF = Universidade Federal Fluminense; UFPEL = Universidade Federal de Pelotas; UFSC = Universidade Federal de Santa Catarina; UFSM = Universidade Federal de Santa Maria; UFPR = Universidade Federal do Paraná; FURG = Universidade Federal do Rio Grande; UFRGS = Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UTFPR = Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Aqui, acrescenta-se registro fornecido por Bianca Amaro, quando do relato de dados atuais sobre a BDTD nacional. São 23 instituições que não mais alimentam a base, sem contar 28 outras que o fazem de forma assistemática ou com ínfima quantidade de documentos, o que representa paradoxo diante da prevalência de repertórios de teses e dissertações no âmbito das IFES, **Quadro 2**. Dentre as razões plausíveis, está a opção por alimentar apenas o respectivo RI. É preciso, pois, analisar sistematicamente os repositórios, como as duas primeiras avaliações de qualidade dos RI ocorridos em 2011 e 2012 com o intuito de identificar o *status* das coleções e rever os pontos de estrangulamento.

Ainda no que diz respeito às 59 IFES (universo), confirmando a fragilidade conceitual discutida, e, sobretudo, a significativa flexibilidade quanto à tipologia e ao tipo de material incorporado, dentre elas, há percentual elevado de repertórios que privilegiam portais de periódicos. Estes arrolam títulos mantidos por suas instituições ou por elas publicados. Ao todo são 26 portais de periódicos. Novamente, a maior quantidade deles está no SE (sete = 26,92%), seguindo-se NE e S, cada uma delas com o mesmo total de portais (seis = 23,08%).

Os índices menos expressivos vão para N e CO, com respectivos 19,23% (cinco portais) e 7,69% (dois).

No que tange à plataforma adotada, salvo a UFS, todas os demais RI estudados, adotam a Plataforma DSpace. Trata-se de dado esperado. Isto porque, o DSpace, *software* de código aberto, desenvolvido originalmente pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), foi customizado pela equipe do Núcleo de Pesquisa da Escola de Comunicação de Artes da Universidade de São Paulo em parceria com o IBICT. Na condição de *software* adotado pelo Instituto, induz a uma massiva utilização nos RI como Carvalho (2009), Guimarães e Silva e Noronha (2009) constata, em consonância com os dados da presente pesquisa. Outros *softwares* estão disponíveis para uso pelos RI – Tede, Pergamum, Aleph, Nou-Rau, TECOM-BVSite – sem contar os repositórios que desenvolvem sistema próprio, à semelhança de duas universidades não integrantes do *corpus*, como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL).

## 2 RECOMENDAÇÕES

Como Guimarães e Silva e Noronha (2009) lembram, os RI constituem um complexo social e técnico, o qual incorpora atores com visões, práticas e perspectivas diversificadas, cujas relações são tecidas à luz de micro e macropolíticas locais e globais. Porém, diante da situação desigual apontada, não obstante a relevância dos aspectos técnicos para seu desenvolvimento, nenhum dos recursos (isoladamente ou em conjunto) dos repositórios assegura nem sua apropriação nem seu uso por parte dos usuários efetivos e possíveis. Quer dizer, mesmos os maiores entusiastas dos repertórios reconhecem que, até o presente, eles não estão sendo empregados em toda sua potencialidade, até porque as universidades, em geral, apresentam falhas em suas estratégias de implantação, implementação e sustentabilidade.

Portanto, para incremento de sua utilização, sugere-se que governantes e autoridades educacionais, além da comunidade acadêmica e científica, adotem medidas adaptáveis à realidade:

1. Empenho do Estado e dos Poderes constituídos para mobilização em torno da utilidade social dos RI como forma de vencer os entraves institucionais e culturais, regulamentando-os, inclusive;

2. Adoção de diretrizes genéricas que facilitem o compartilhamento e a interoperabilidade entre os RI brasileiros para maior equanimidade entre as diferentes regiões e universidades, respeitando as singularidades regionais e institucionais;
3. Acompanhamento sistemático do que vem ocorrendo no âmbito das coleções institucionais com ampla divulgação, visando padronização (ou, no mínimo) aproximação de procedimentos operacionais adotados pelos diferentes RI;
4. Ênfase ao gerenciamento compartilhado na configuração dos RI, sob encargo das bibliotecas universitárias e dos profissionais de informação, o que pressupõe treinamento, mobilização e comprometimento das BU e de suas equipes;
5. Ênfase às coleções de teses e dissertações e aos portais de periódicos, sem relegar, porém, os demais tipos de materiais ou os diferentes suportes e formatos. É a única forma de consolidar os RI como um conjunto de serviços que as IFES oferecem às coletividades com vistas à gestão e à disseminação de materiais digitais gerados em sua esfera, o que exige a prática do autodepósito por parte dos pesquisadores de, no mínimo, uma cópia dos trabalhos editados em publicação com *peer review*;
6. Maior interação entre o apregoado na teoria e a prática efetivada no contexto dos repositórios, em termos conceituais, de objetivos e funções e, também, de terminologia e tipologia, em que pesem as dificuldades de consenso no que diz respeito às designações e às modalidades de repositórios (SWAN, 2008);
7. Atenção especial à visibilidade como medida básica à disseminação dos RI. Exemplificando: manutenção da identidade visual da instituição e / ou do RI; padronização das páginas do RI; difusão de dados estatísticos sobre o acesso aos documentos; conservação de domínio ou subdomínio próprio; participação em diretórios internacionais de repositórios, divulgação sistemática do *ranking* de repositórios, etc.;
8. Adoção de diretrizes institucionais para difusão dos RI: documentos sobre operacionalização / funcionamento / atualização dos RI. Isto é: especificação do que pode ser depositado e por quem; medidas de preservação digital dos conteúdos; explicitação de metas e objetivos dos RI; informes sobre aspectos legais e licenças por item depositado, a exemplo do *Creative Common* (CC) (AMARO, 2012).
9. Descrição particularizada de informações e serviços para o usuário efetivo e potencial, como: orientações de uso de acordo com as diretrizes da licença CC e de como referenciar e citar documentos; formas de contato com os gerentes do RI (*e-mails* de contato); mapa detalhado da página eletrônica; participação dos RI em redes sociais; possibilidade de

interface em outros idiomas; como usar e se beneficiar do formato *Really Simple Syndication* (RSS).

10. Pesquisas sobre facetas específicas dos RI, à semelhança dos itens: disseminação / visibilidade das instituições e dos respectivos autores e coleções; fidedignidade / avaliação / melhoria dos serviços; acessibilidade – armazenamento contínuo e acesso irrestrito; mecanismos facilitados de recuperação dos conteúdos (Acesso Aberto); organização e gerenciamento; interoperabilidade com os demais sistemas.

Reitera-se que o repositório institucional é elemento de integração entre as instituições públicas de ensino e a sociedade, contribuindo, efetivamente, com o processo de desenvolvimento das nações e do Brasil, em particular. Não se pode esquecer que, mais do que antes, há, agora, *softwares* adequados e disponíveis em prol da instalação dos RI.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À primeira vista, a coleta de dados traz à tona a dificuldade de diagnóstico preciso sobre a situação atual dos repositórios institucionais das universidades federais do Brasil no NE e nas demais regiões, face ao cenário marcado por procedimentos diversificados e estágios de desenvolvimento distintos entre os RI estudados. Verdade que o Sudeste se impõe em alguns momentos, mas inexistente supremacia regional. Por exemplo, proporcionalmente, em termos quantitativos, o SE ocupa penúltimo lugar, com 42,1%. Apesar de o NE manter oito repertórios, estes correspondem a 53,3%, que vale o terceiro posto e superior ao SE. O NE, também, aparece em destaque noutras situações: manutenção de BDTD em segundo lugar, aquém somente do SE; manutenção expressiva de portais de periódicos, embora, agora, compartilha a segunda posição com o S, com 23,08% para cada uma das regiões.

Por fim, surpreende a diversidade de procedimentos no que se refere aos conteúdos dispostos, à estrutura e à forma dos repertórios estudados. Como decorrência dessa liberdade de ação, há universidades que priorizam teses e dissertações (dentre as 59 IFES estudadas, 62,71% assim procedem), enquanto outras enfatizam os portais de periódicos. Há poucos exemplos de IFES que incorporam aos RI a coleção completa produzida no contexto da instituição, tal como o RI / UFRGS. No caso do NE, a coleção institucional mais avançada é a da UFRN. Em avaliação executada pelo IBICT, em 2012, aparece como a IFE que consegue cumprir 91,5% dos elementos avaliados, com significativa melhoria de 16,5% em relação ao ano anterior.

São inferências que atingem o nível de operacionalização dos RI, que sinalizam a importância das coleções institucionais em quase todas as universidades; às vezes, de forma bem acentuada, como duas únicas IFES (UNB e UFRGS) que divulgam desde a página central da instituição informações sobre seus repertórios; às vezes, de forma principiante. Por outro lado, a maioria (51,85%) das IFES analisadas na pesquisa estão linkadas ao sistema de bibliotecas, o que reforça a atuação social dessas instituições e, por conseguinte, o papel do profissional bibliotecário.

Porém, apesar da situação díspar no que se refere aos tópicos estudados, há reconhecimento generalizado por parte das universidades da relevância dos RI, em meio às iniciativas de cunho internacional, como OAI e OA. Nenhum administrador universitário relega a força que os repositórios assumem na sociedade contemporânea como recursos de visibilidade da produção acadêmica, produzida à custa do dinheiro público. É a percepção de que desenvolvimento e manutenção dos RI dependem tanto de fatores humanos, tecnológicos, políticos e técnicos, quanto de fatores relacionados à interoperabilidade de sistemas, como Leite (2009), em sua publicação *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira* enfatiza, e, em cujo prefácio, Kuramoto (p. 7-9) reforça:

[...] para se desenvolver e manter um RI não basta ter a disponibilidade de tecnologias e um parque computacional, mas principalmente desenvolver mecanismos que estimulem a comunidade institucional a depositar a sua produção científica e, finalmente, mecanismos de gestão do repositório.

A este respeito, ressalta-se que os RI devem estar vinculados às BU e por elas geridos, porquanto as bibliotecas constituem o segmento universitário por excelência responsável por estocar, organizar, gerir e disseminar o conhecimento produzido nas organizações. Isso não impede o gerenciamento compartilhado que equivale à soma sempre profícua de esforços. Por fim, retomam-se as palavras de Kuramoto (2009, p. 10), quando chama a atenção para o fato de que RI vai além do registro e da disseminação da produção científica institucional. Trata-se de

[...] mecanismo de gestão e maximização da visibilidade da produção científica de uma instituição. Se todas as instituições de ensino e pesquisa constituírem os seus repositórios institucionais, esse mecanismo se torna uma iniciativa nacional de gestão e ampliação da visibilidade da produção científica brasileira. A implantação, em nível nacional, de repositórios institucionais [...] significa aderir ao movimento do acesso aberto à informação científica [...]

## REFERÊNCIAS

- AMARO, B. Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações. Repositórios institucionais: segunda avaliação da qualidade. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado. [**Dados apresentados em reunião técnica Sistemas de Informação do IBICT: sistemas de acesso aberto**]. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- BAILEY JR., C. W. **Institutional repositories, tout de suite**. 2008. Disponível em: <<http://www.digital-scholarship.org/ts/irtoutsuite.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- CARVALHO, M. C. R. de. Bibliotecas universitárias brasileiras e a implantação de repositórios institucionais. **Revista Informação & Universidade**, v. 1, n. 0, p. 1-9, 2009.
- CROW, R. **A guide to institutional repository software**. New York: Open Society Institute, 2004.
- GUÉDON, J. C. (2010). Acesso Aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. das G. (Org.). **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: SENAC São Paulo, Cengage Learning, 2010. p. 21-77.
- GUIMARÃES, M. C. S.; SILVA, C. H. da, NORONHA, I. H. RI é a resposta, mas qual é a pergunta? Primeiras anotações para a implementação de Repositório Institucional. In: SAYÃO, L. *et al.* (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: Edufba, 2009. p. 261-283.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **IBICT promove implantação de repositórios institucionais**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibict.br>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- KURAMOTO, H. Prefácio. In: LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: IBICT, 2009. p. 7-10.
- LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: IBICT, 2009.
- LYNCH, C. A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **The Association of Research Libraries**, n. 226, p. 1-7, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2012.
- SANTOS JÚNIOR, E. R. dos. **Repositórios institucionais de acesso livre no Brasil: estudo Delfos**. f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.
- SUBER, P. **Open access overview: definition, introduction**. 2012. Disponível em: <[www.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm](http://www.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm)>. Acesso em: 29 fev. 2013.
- TARGINO; M. das G.; GARCIA, J. C. R.; PAIVA, M. J. R. Repositórios institucionais brasileiros: sonho ou realidade? In: CONFERENCIA INTERNACIONAL ACCESO ABIERTO, COMUNICACIÓN CIENTÍFICA E PRESERVACIÓN DIGITAL, 1., 13-16 nov. 2012, Barranquilla – Colômbia. [**Anais...**] Barranquilla: Universidad del Norte, 2012.
- WARE, M. Institutional repositories and scholarly publishing. **Learned Publishing**, Brighton, v. 17, n. 2, p. 115-124, 2004.

WEITZEL, S. da R. *E-prints*: modelo da comunicação científica em transição. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. das G. (Org.). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores Ed., 2005. p. 161-193.